

DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Terceira rodada de negociação do ACT na Axia Energia
Página 2



Cerej: trabalhadores participam de assembleias de construção de Pauta
Página 3



CELESC

Celesquianos aprovam contraproposta ao Acordo de PLR 2026

NEGOCIAÇÃO FINALIZADA NO MÊS DE MARÇO É CONSIDERADA PELA INTERCEL COMO UMA VITÓRIA PARA A CATEGORIA



Trabalhadoras e trabalhadores da Celesc em todo o estado aprovaram, na semana passada, o Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2026, negociado entre os sindicatos da Intercel e a direção da empresa.

O Acordo aprovado mantém a estrutura de 2025, dividido em Parcela Base, Parcela Adicional e Parcela Lucro, com reajuste da Parcela Base pelo INPC. A proposta aprovada evolui na variação da Parcela Adicional (de 0% a 48% da Parcela Base distribuída - antes podia chegar a até 45%); também retira o limitador da Parcela Lucro (1% do lucro líquido, distribuída de forma linear); mantém a linearidade de 60% e a proporcionalidade de 40%; permite o pagamento integral a trabalhadores no limbo previdenciário e afastados por doenças graves; permite a realização de uma reunião entre Intercel e Celesc após decisão da empresa sobre recurso administrativo (em situações de evento extraordinário, casos fortuitos ou de força maior); e, por fim, estabe-

lece que as negociações do Acordo de PLR 2027 iniciarão em até 60 dias após a aprovação do Contrato de Gestão e Resultados 2027-2030 pelo Conselho de Administração - o que também é considerado um avanço, pois facilita que as negociações ocorram ainda no início do ano e não sejam adiadas para o segundo semestre, como ocorreu em anos anteriores.

O Coordenador da Intercel, Ailton Communello, considera um ponto positivo a **celeridade com que as negociações aconteceram**: "sem dúvidas, foi um avanço conseguirmos finalizar as negociações ainda no mês de março, quebrando a lógica dos últimos anos de fechar as reuniões já no segundo semestre. Nossa expectativa é que o processo negociado do Acordo Coletivo de Trabalho 2026-2027 aconteça nesse mesmo tom, com respeito, celeridade e sem a necessidade da realização de movimentos para que possamos avançar em direitos".

Os avanços nas negociações e as conquistas são frutos da luta dos sindicatos da Intercel. É fundamental que a categoria reconheça o esforço, seja participando das lutas, seja através das filiações. São as filiações que mantêm os sindicatos vivos, ativos e com possibilidade de seguir brigando pelos seus direitos.

Assinatura do Acordo

Nessa segunda-feira, dia 6, a Coordenação da Intercel encaminhou à diretoria da Celesc uma correspondência informando o resultado das assembleias e solicitando para essa semana a assinatura do Acordo de PLR.

Carta de Oposição

Os empregados poderão exercer o direito de oposição à contribuição aos sindicatos da Intercel por carta assinada e entregue na sede dos sindicatos signatários, ou por meio de correspondência registrada com aviso de recebimento, até o dia 20 de abril de 2026.

Terceira rodada de negociação do Acordo Coletivo na Axia Energia

Isonomia de direitos esteve entre os pontos principais de reivindicação

Na quarta-feira da semana passada, dia 1º de abril, foi realizada no Rio de Janeiro a terceira rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2028 da Axia Energia.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) manifestou concordância com a redação de 17 cláusulas apresentadas pela empresa na segunda rodada, evidenciando sua disposição para o avanço do processo negocial. Ressaltou, contudo, que o Acordo Coletivo de Trabalho é fruto de uma construção coletiva da categoria e, portanto, sua consolidação e eventual aprovação estão condicionadas à deliberação soberana de trabalhadores e trabalhadoras, em assembleias regularmente convocadas, devendo refletir, de forma efetiva, seus anseios e interesses.

Entre os pontos centrais defendidos pelo CNE estão a **isonomia de direitos, o reajuste salarial e a melhoria dos benefícios**. Outro tema de grande destaque nesta rodada foi a estabilidade no emprego, considerada estratégica para toda a negociação.

A estabilidade não é apenas uma cláusula isolada, ela impacta diretamente a saúde mental da categoria, a segurança no ambiente de trabalho, a transparência organizacional e a própria efetividade de outros direitos previstos no ACT. Por isso, o tema foi transversal a diversas cláusulas debatidas, com apresentação tanto da posição da empresa quanto da perspectiva dos trabalhadores, na busca por uma solução que atenda às

necessidades da categoria.

O CNE reafirmou que a unificação de direitos deve ocorrer com base nas melhores práticas, e não por rebaixamento de conquistas históricas. Cláusulas consolidadas ao longo de décadas, algumas presentes desde 1988, são fruto de luta e não podem ser suprimidas sob argumento de práticas de mercado. O objetivo é que a Axia se consolide como referência no setor na América Latina, valorizando seu maior patrimônio: as pessoas trabalhadoras.

Outro eixo importante do debate foi a saúde do trabalhador. Dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) apontam que os riscos psicossociais no trabalho estão diretamente ligados à falta de estabilidade, ausência de reconhecimento, baixa transparência e situações de assédio moral. Como estratégias de enfrentamento, destacam-se a ampliação da participação dos trabalhadores, a clareza nas funções, perspectivas de carreira e condições dignas de trabalho.

Nesse sentido, o CNE reforçou a importância de cláusulas que garantam ambientes de trabalho seguros, com respeito, valorização e previsibilidade para os trabalhadores e trabalhadoras.

A próxima rodada de negociação está agendada para essa quinta-feira, dia 9 de abril. O CNE espera que a Axia avance na apresentação de uma proposta concreta e que valorize efetivamente a categoria.

Calor, silêncio e pressão na Axia Sul

Quando o ambiente de trabalho viola normas básicas de proteção à pessoa trabalhadora



O cenário enfrentado por trabalhadores na sede da Axia Sul (antiga Eletrosul) em Florianópolis ultrapassa o campo do desconforto e ingressa, de forma inequívoca, na esfera da irregularidade normativa. Após meses de exposição a uma reforma desorganizada — com impactos diretos sobre a rotina laboral — persistem problemas estruturais relevantes, como goteiras e falhas no sistema de climatização. O resultado é a manutenção de temperaturas internas que variam entre 27°C e 30°C, frequentemente superiores à temperatura externa, em ambiente destinado a atividades predominantemente intelectuais.

Essa realidade não é neutra — ela confronta diretamente normas técnicas e legais vigentes. Nos termos da NR-17 Ergonomia, que trata das condições de trabalho adaptadas às características psicofisiológicas dos

trabalhadores, é expressamente previsto que ambientes de escritório devam assegurar conforto térmico adequado. A própria norma indica parâmetros de referência, recomendando temperaturas efetivas compatíveis com a natureza da atividade, historicamente situadas na faixa de 20°C a 23°C, justamente para preservar a capacidade cognitiva, a atenção e o bem-estar.

A manutenção de temperaturas significativamente superiores a esses parâmetros configura, portanto, desvio das condições ergonômicas esperadas, com impacto direto sobre a saúde e a produtividade. Além disso, a NR-15 Atividades e Operações Insalubres estabelece critérios para caracterização de insalubridade, incluindo a exposição ao calor acima dos limites de tolerância definidos em função da carga de trabalho. Ainda que o ambiente de escritório não seja, em regra, classificado como insalubre, a permanência em condições térmicas inadequadas pode demandar avaliação técnica específica, sobretudo quando há exposição contínua e relatos de sintomas físicos.

No campo mais amplo da proteção à saúde, a NR-09 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (atualmente integrada ao PGR –

Programa de Gerenciamento de Riscos) impõe ao empregador o dever de identificar, avaliar e controlar riscos ambientais — incluindo agentes físicos como o calor. A ausência de medidas eficazes de controle ou mitigação configura falha na gestão de riscos ocupacionais. Some-se a isso a NR-01 Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, que estabelece como obrigação do empregador garantir ambiente de trabalho seguro e saudável, com gestão contínua dos riscos e comunicação adequada aos trabalhadores.

No plano legal, a própria Consolidação das Leis do Trabalho é clara ao determinar, em seu art. 157, que cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho. A omissão nesse dever não é mera falha administrativa — é descumprimento legal. E mais: a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 7º, inciso XXII, assegura como direito fundamental dos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Diante desse arcabouço normativo, a situação observada no edifício-sede da Axia Sul revela três elementos críticos:



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Sinergia participa de Conclat em Brasília

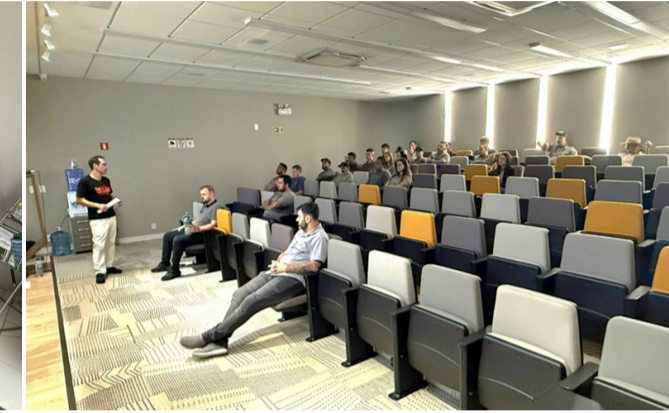
O Sinergia enviará representante para participar da Conferência da Classe Trabalhadora e da Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília, na próxima semana. Com o lema “Empregos, direitos, democracia, soberania e vida digna”, a mobilização busca dar visibilidade às demandas da classe trabalhadora e pressionar por avanços concretos nas políticas públicas. Os eventos fazem parte da agenda de lutas do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público.

Justiça do Trabalho proíbe empresa de estimular oposição a contribuições sindicais

A 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis concedeu tutela de urgência proibindo uma empresa de incentivar trabalhadores a apresentarem oposição às contribuições sindicais. A decisão atende a ação do MPT-SC, que investigou denúncias de um sindicato e comprovou que a entidade patronal distribuía modelos de cartas de oposição e articulava, junto às empresas, o envio coletivo desses documentos ao sindicato. Segundo o processo, as empresas filiadas chegavam a organizar e custear o envio das cartas, configurando **prática antissindical e interferência na organização dos trabalhadores**. O juiz entendeu que há risco à sustentabilidade financeira dos sindicatos e determinou que a empresa se abstenha de qualquer estímulo à oposição, além de simples informação, sob pena de multa de R\$ 10 mil por infração. O caso ainda será julgado no mérito, podendo resultar em condenação definitiva e pagamento de indenização por danos morais coletivos de R\$ 200 mil.

Trabalhadores aprovam Pauta de Reivindicações do ACT 2026-2027

Anuênio e implantação do PCS foram alguns dos pontos apresentados pelos trabalhadores



Trabalhadoras e trabalhadores da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior – CEREJ, participaram nessa segunda e terça-feira (dias 6 e 7 de abril) das assembleias de construção da Pauta de Reivindicações da categoria para o Acordo Coletivo de Trabalho 2026-2027. As assembleias foram conduzidas pelo Sinergia, sindicato que representa os trabalhadores da cooperativa que tem sede no município de Biguaçu e área de atuação da Grande Florianópolis até Leoberto Leal, no Alto Vale do Rio Alto Braço.

Foram realizadas quatro assembleias com ampla participação dos trabalhadores: na sede, em Biguaçu, no Aguti, em Nova Trento, no Pinheiral, em Major Gercino, e em Leoberto Leal. Além de apreciar e votar as cláusulas já existentes no Acordo Coletivo, os empregados também tiveram espaço para debater índices de reajustes e a inclusão de novas cláusulas de interesse da categoria. Entre elas, uma das principais reivindicações foi a possibilidade de inclusão do anuênio e da construção de um Plano de Cargos e Salários (PCS) que contemple a todos os trabalhadores. Outros pontos trazidos dão conta de reformas estruturais em determinados prédios da cooperativa e a necessidade de aquisição de camionetes

4x4 em todas as bases, já que há postos de trabalho atendidos somente com picapes ou veículos pequenos - sem tração 4x4 - e isso dificulta sobremaneira o trabalho - e a saúde - dos empregados.

Carlos Alberto de Souza, o Carlinhos, diretor de Políticas Sindicais do Sinergia e responsável pela negociação, exaltou a participação expressiva nas assembleias: “foi surpreendente a participação e o nível dos debates em todos os postos de trabalho. É satisfatório visitarmos os locais e sermos recebidos por essa grande quantidade de trabalhadores, dispostos a debater o Acordo Coletivo e a trazer sugestões de melhorias e avanços”.

Carlinhos destaca os próximos passos da luta: “nessa terça-feira encerramos as assembleias e até o fim dessa semana faremos a revisão do texto da pauta final a ser entregue para ser negociado com a empresa. O próximo passo será solicitar a negociação junto à diretoria da Cerej”.

O Linha Viva acompanhará as negociações na Cerej e trará os informes nas próximas edições do jornal. A data-base da categoria é dia 1º de maio. A expectativa do sindicato é de que as negociações sejam encerradas até o início do mês de maio.



TRIBUNA LIVRE | Por Clovis Michael Garcia da Cunha, trabalhador do Almoxarifado Central da Celesc em Palhoça

Titanic vs Almoxarifado Central Palhoça: algumas semelhanças?

O naufrágio do Titanic foi uma tragédia marcada pela falha nos rebites (materiais de baixa qualidade), velocidade excessiva e falta de botes, resultando em mais de 1.500 mortes entre a noite de 14 de abril e a madrugada de 15 de abril de 1912.

O Navio e o Naufrágio: O Titanic era o maior navio do mundo, com cerca de 2.200 pessoas a bordo. Estudos indicam que rebites com impurezas na estrutura falharam ao colidir com o iceberg, acelerando o naufrágio.

O Almoxarifado Central e a Licitação: O Complexo do Almoxarifado Central, em Palhoça, é o maior centro de distribuição de materiais da Celesc, com cerca de 150 pessoas em sua tripulação (somos o Titã dos suprimentos da Celesc). A realidade mostra que **pode** ter havido ilegalidade e tratamento desigual entre os licitantes (lembrar que no filme Titanic fica bem clara, também, a divisão entre primeira e terceira classes) além de fragili-

dade na construção do próprio edital.

No exemplo do fatídico naufrágio fica evidente que a falha estrutural, excesso de velocidade, a falta de botes e o excesso de confiança (antes da partida inaugural/final) culminou com a morte de mais de 1500 pessoas.

Trazendo esta visão para o futuro do Almoxarifado, a pressa para construir o edital, e a falta de “botes” para salvar os empregados próprios e contratados veio à tona. Saúde e Segurança são alguns de nossos valores e, não à toa, aparecem em primeiro lugar em nossa comunicação. Mas no momento que mais se precisou, onde estava este precioso bote para salvar os empregados das mazelas de um suposto novo local?

Icebergs, Aterro sanitário e a Fábrica de Ração: No caso do Titanic, os icebergs do Atlântico Norte foram derradeiros em sua jornada partindo da Inglaterra com destino à Nova Iorque. Pela licitação estaríamos/estare-

SINDINORTE-SC - SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO NORTE DE SANTA CATARINA ELEIÇÕES SINDICAIS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital ficam convocados todos os associados das empresas CGT-Eletrosul (Axia) e Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), em gozo de seus direitos sociais, para eleições gerais do SINDINORTE-SC, Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina, para mandato de 3 (três) anos (01/07/2026 a 30/06/2029). O pleito será realizado nos dias 20 e 21 de maio de 2026, das 07h30min às 17h00min, através de urnas itinerantes que percorrerão os locais de trabalho, cujos horários serão afixados nos murais das empresas, nos dias mencionados, os municípios da base territorial, expressa no artigo 1º do Estatuto Social desta entidade, de modo a permitir a participação de toda a categoria profissional eleitora. Fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias - 10 de abril a 24 de abril de 2026 - para registro de chapas, conforme prevê o artigo 9º do Regimento Eleitoral. Os requerimentos de registro de candidatura deverão ser formalizados em duas vias e protocolados na Secretaria do SINDINORTE, que estará funcionando neste período no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, nos dias úteis. Caso não seja atingido o quórum estatutário ou ocorra empate entre as chapas mais votadas nova eleição será convocada para os dias 27 e 28 de maio de 2026, entre as mesmas chapas e nas mesmas condições gerais do primeiro pleito, em conformidade com a seção 12 do Regimento Eleitoral. O presente processo eleitoral será regido segundo os termos dos artigos 53 a 58 do Estatuto Social do SINDINORTE bem como do Regimento Eleitoral aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 16 de março de 2026.

Joinville, 09 de abril de 2026.

Comissão Eleitoral

mos em local nada caloroso: entre um aterro sanitário e uma fábrica de ração. Partindo de Palhoça com destino a Biguaçu.

Divisão de Classes: Não muito diferente da realidade do naufrágio e da ficção do filme, também se percebe a clara divisão entre as classes. Alguns trabalhadores terão que brigar por botes e outros terão que cair no mar da incerteza em busca de novas oportunidades.

Nossa esperança é que todos os nossos tripulantes sobrevivam a este episódio e que o nosso Almoxarifado continue na cidade de Palhoça que, desde 1969, atende todo o estado de Santa Catarina. Assim como o Atlântico é o oceano mais navegável, também estamos próximos das estradas mais rodadas do estado: BR101 e BR282. Palhoça é muito mais do que o nosso navio, é o nosso porto. E que seja seguro. Não afundamos e muito menos precisamos ser afundados.

Dinovaldo Gilioli lança livro 'Fio da Língua' em Florianópolis

Evento será realizado nessa quinta-feira, 9 de abril

O poeta, trabalhador aposentado da antiga Eletrosul e ex-diretor de Cultura do Sinergia, Dinovaldo Gilioli - mais conhecido como Dino - convida a categoria eletricitária para o lançamento de seu mais recente livro: 'Fio da Língua' (Cais Editora), com audição de poemas e abertura da exposição de bordados e cartazes que compõem a obra.

O evento será realizado nessa quinta-feira, dia 9 de abril, das 19h às 21h30, na Sur livraria, localizada na Rua João Pio Duarte Silva, 1630, Córrego Grande, em Florianópolis - localização próxima das sedes da Celesc e da Axia Energia.

Com uma concepção gráfica criativa, o livro de Dinovaldo Gilioli e Olinda Evangelista, publicado pela Cais editora, pode ser colocado na estante ou na parede. Fio da Língua foi idealizado em 2021 para ser uma exposição de poemas e bordados. Em função da pandemia da Covid-19,

virou um livro-cartaz que só foi lançado de forma virtual.

Dino espera a categoria eletricitária na Sur livraria para uma conversa e um abraço: "A noite promete ser ainda mais agradável com a tua presença. Venha celebrar esse encontro!", afirma Dino.

Serviço:

Data: Quinta-feira, 09/04/2026

Horário: Das 19h às 21h30

Local: Sur Livraria - Rua João Pio Duarte Silva, 1630, Córrego Grande, Florianópolis/SC

Formato: Livro-cartaz com bordados, poesia e apresentação visual. O projeto, que mistura literatura e artes visuais, é descrito como uma experiência tátil, com poemas que podem ser expostos como cartazes.



Crédito: Cais Editora

Bibliotecas públicas de Santa Catarina recebem livro de contos gays

A obra "A Lua Fantasma", de Marcio Markendorf, foi selecionada no Edital de Aquisição de Livros Cocali e será distribuída em bibliotecas municipais de todo o estado



Crédito: Izabela Drozdowska-Broering

O escritor Marcio Markendorf teve o livro de contos "A Lua Fantasma" selecionado no Edital de Aquisição de Livros Cocali, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC). A coletânea, que apresenta personagens gays enfrentando dramas pessoais e horrores íntimos ambientados nos anos 1990, passa agora a integrar o acervo das bibliotecas públicas municipais de Santa Catarina, ampliando o acesso à literatura LGBTQIAPN+ em diferentes regiões do estado.

Markendorf considera a seleção um gesto de reconhecimento e pertencimento. "Ser selecionado pelo edital

Cocali é um marco significativo tanto para minha trajetória individual como autor quanto para o ecossistema cultural de Santa Catarina", afirma. Para ele, a presença do livro nas bibliotecas públicas significa que a obra agora pertence ao patrimônio literário do estado e está acessível a leitores que, muitas vezes, não encontram histórias LGBTQIAPN+ em suas prateleiras cotidianas.

"Quando falamos de bibliotecas públicas, falamos de espaços democráticos de formação de leitores. Ter um livro de contos gays nesses locais garante que o leitor LGBTQIAPN+ encontre um espelho, uma forma de representação que valide sua existência e sua experiência subjetiva", compartilha.

O Edital de Aquisição de Livros Cocali recebeu 208 inscrições nesta edição, sendo 156 obras de ficção e 52 de não ficção. Após um processo seletivo conduzido por especialistas de diversas áreas, foram contemplados 32 títulos, entre contos, crônicas, romances, poesia, literatura infantojuvenil e obras de não ficção. Cada obra impressa selecionada teve 150 exemplares adquiridos pela FCC, que serão distribuídos às bibliotecas municipais vinculadas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SBPSC) e à Biblioteca Pública de Santa Catarina.

A iniciativa reforça o compromisso da FCC com a valorização da produção literária catarinense contemporânea,

a diversidade de vozes e a democratização do acesso à leitura. Com a inclusão de "A Lua Fantasma" no circuito das bibliotecas públicas, o edital amplia o alcance da literatura LGBTQIAPN+ e fortalece o papel das bibliotecas como centros de cultura, educação e cidadania em todas as regiões do estado.

"Muitas vezes a literatura de temática dissidente fica restrita aos grandes centros ou a livrarias de nicho. Ao levar esses contos para os municípios do interior de Santa Catarina, estamos expandindo o imaginário coletivo e estamos dizendo que a experiência queer é parte integrante da cultura catarinense e brasileira", completa o autor.

Sobre a obra e o autor

"A Lua Fantasma" integra a Coleção Pajubá, dedicada a autorias LGBTQIAPN+, e reúne contos que transitam entre o fabular e o realista, combinando delicadeza e crueldade em narrativas que evocam a década de 1990. Marcio Markendorf é escritor, professor e pesquisador, graduado em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atua como professor associado no Departamento de Artes, lecionando no curso de Cinema e no Programa de Pós-graduação em Literatura.